

SANTOS, Denis Moura dos. *Pardos: a visão das pessoas pardas pelo Estado brasileiro*. Curitiba: Appris, 2021. 105 p.

Por uma história da população parda brasileira

For a history of the brazilian brown population

Ozaias da Silva Rodrigues

Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas, Brasil

RESUMO

Esta resenha tem por finalidade fazer uma análise crítica da obra *Pardos: a visão das pessoas pardas pelo Estado brasileiro* (2021), trazendo percepções particulares sobre o tema do livro. A metodologia se baseia em leitura bibliográfica sobre o assunto e discussão em eventos acadêmicos das Ciências Sociais e entre os pares da Antropologia. A relevância do tema se mostra pela renovação necessária do olhar sobre o tema que pesquisadores/as pardos/as propõem em suas pesquisas e obras, defendendo uma perspectiva positiva sobre o ser pardo no Brasil. O livro traz uma contribuição ao debate das relações étnico-raciais, sobretudo ao tentar traçar uma história da população parda brasileira, sendo que essa história se deslinda em sua relação com o Estado. Denis Moura dos Santos dialoga com obras das Ciências Sociais, da História, do Direito, da Educação, bem como com legislação e notícias jornalísticas sobre o tema. Entre outras coisas, conclui-se que é necessário levar a sério a particularidade da população parda brasileira, sem vinculá-la a outro grupo racial, sendo fundamental pensar os pardos a partir dos pardos e de suas experiências de racialização e discriminação. Como desdobramento da discussão, vê-se a necessidade de falarmos de caboclos e pardos-indígenas, enfatizando a diversidade parda no Brasil.

Palavras-chave: Pardo, História, Brasil.

Recebido em 18 de julho 2024.
Aceito em 05 de agosto de 2024.



ABSTRACT

The purpose of this review is to provide a critical analysis of the work *Pardos: a visão das pessoas pardas pelo Estado brasileiro* (2021), bringing particular perceptions about the book's theme. The methodology is based on bibliographical reading on the subject and discussion at academic events in the Social Sciences and among Anthropologists peers. The relevance of the topic is demonstrated by the necessary renewal of the perspective on the topic that brown researchers propose in their research and works, defending a positive perspective on being brown in Brazil. The book makes a contribution to the debate on ethnic-racial relations, especially by trying to trace a history of the Brazilian brown population, and this history is revealed in its relationship with the State. Denis Moura dos Santos dialogues with works from the Social Sciences, History, Law, Education, as well as legislation journalistic news on the topic. Among other things, it is concluded that it is necessary to take seriously the particularity of the Brazilian brown population, without linking it to another racial group, and it is essential to think about brown people from the perspective of brown people and their experiences of racialization and discrimination. As a result of the discussion, we see the need to talk about caboclos and brown-indigenous people, emphasizing brown diversity in Brazil.

Keywords: Brown, History, Brazil.

Formado em História e em Gestão de Políticas Públicas, o autor de *Pardos – a visão das pessoas pardas pelo Estado brasileiro* faz uma discussão necessária e bem-vinda quanto à temática central do livro, que foi publicado em novembro de 2021 e possui 105 páginas. De leitura leve e fluida, o livro traz uma contribuição ao debate das relações étnico-raciais no Brasil, sobretudo ao tentar traçar uma história da população parda brasileira, sendo que essa história se deslinda em sua relação com o Estado. Denis Moura dos Santos dialoga com obras das Ciências Sociais, da História, do Direito, da Educação, bem como com legislação e notícias jornalísticas sobre o tema. Sua narrativa é bem ao estilo diacrônico da História, bastante cronológica, começando pelo Brasil Colônia e chegando aos dias atuais.

Na “Introdução”, o autor indica que centrará a discussão no Estado e em suas políticas relacionadas à população parda, apontando erros e acertos dessas políticas. Ele enfatiza que a discussão sobre relações étnico-raciais no Brasil era feita, sobretudo, pela elite econômica e acadêmica, entre a segunda metade do século XIX e a primeira do XX. Nesse caso, não devemos nos esquecer das contribuições de intelectuais estrangeiros ao tema das relações raciais brasileiras, como Donald Pierson, Roger Bastide e Thomas Skidmore. O autor afirma ainda que “pardos e pretos, embora constituam dois grupos raciais diferentes, são classificados como

“população negra” pela legislação vigente no Brasil, o que desconsidera os pardos que possuem múltiplas ascendências e os pardos de ascendência indígena e europeia” (Santos, 2021, p. 9).

No primeiro capítulo, “O termo “pardo” e a miscigenação no Brasil”, Denis destaca que o termo pardo se refere originalmente à cor do leopardo ou do pardal, sendo que quando aplicado a pessoas se refere tanto a um/a filho/a de branco/a e negro/a, como de branco/a com indígena, evidenciando assim o caráter mestiço da condição parda. O pardo, portanto, é um mestiço, racialmente falando. Na historicização que faz dos fatos, o autor demonstra que termos como “mulato” e “crioulo” nem sempre tiveram conotação negativa, depreciativa. Da mesma forma, demonstra que as categorias raciais, ao longo do Brasil Colônia, abarcavam dois sentidos, como foi o caso do termo pardo: o do fenótipo e o de classe ou posição social, como livre, liberto ou escravo.

Atualmente, a população parda é mais numerosa do país¹, como apontam os dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), esse que sempre é invocado para falar de estatísticas sobre desigualdades sóciorraciais e que produz material qualificado sobre o assunto. No segundo capítulo, intitulado “As pessoas pardas nos censos brasileiros e nas discussões raciais”, o autor nos traz o ponto central de seus argumentos e do livro como um todo. Ali estão os erros e acertos do Estado brasileiro quanto à população parda, que o autor prometeu apontar na introdução do livro e ele faz isso muito bem, ainda que de forma sumária. Desse capítulo em específico destaco duas coisas. Primeiro: não se pode falar em relações raciais no Brasil a partir de caixinhas de identidade racial, pois o Brasil é mestiço e plural, sendo que qualquer tentativa de reduzir, analiticamente, essa diversidade racial é uma mistificação da realidade.

Portanto, não procede a desgasta afirmação, que se ouve entre acadêmicos e militantes negros, de que a maioria da população brasileira é “negra”. Não, pois nem todos os pardos têm fenótipo negroide, nem assim se afirmam (Silva; Leão, 2021), o que deveria ser óbvio. Segundo: também não se pode falar em relações raciais no Brasil sem comentar as categorias abertas/espontâneas de autoidentificação racial, como caboclos e cafuzos, sobretudo os primeiros que devem ser sempre levados em consideração quando falamos do Norte e Nordeste do país, sob o risco de limitar o debate a negros e brancos no Brasil, principalmente a partir da realidade do Sul e Sudeste. Assim, é preciso falar de pardos-negros e de pardos-indígenas ou caboclos² e

1 Pardos(as) são a maioria numérica no país, conforme apontam os dados do Censo feito em 2022, somando mais de 92 milhões de brasileiros(as). Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal. Acesso em: 31 maio 2024.

2 Para considerações quanto a caboclos e pardos-indígenas, consultar: Ribeiro (1995) e Oliveira (1997).

levar a sério o que as categorias não oficiais querem nos dizer sobre pertencimento racial.

Em “As conferências de Santiago e de Durban”, que é o terceiro capítulo, Denis destaca como essas duas importantes conferências discutiram Direitos Humanos, entre eles os direitos das populações mestiças e negras, da América Latina, bem como as ações de combate à discriminação racial. No caso brasileiro, vê-se que, já no começo do século XXI, os movimentos negros conseguiram encabeçar as pautas raciais no país, a partir de suas concepções, influenciando governos e políticas públicas. Já no quarto capítulo, com a epígrafe “Pessoas pardas e a legislação racial”, o autor traz um histórico da legislação referente à discriminação racial e foca nos exemplos concretos de discriminação racial que levaram essa legislação a ser alterada, incorporando novas ideias e conceitos. Os casos narrados de discriminação, nesse capítulo, envolveram a população negra e demandaram várias mudanças na lei a fim de que pudessem exigir do Estado as penalidades cabíveis quanto ao racismo cotidiano que sofrem. Em ambos os capítulos, há um foco narrativo mais nas ações dos movimentos negros e nos casos de racismo contra negros do que propriamente contra a população parda.

Em “As pessoas pardas e as cotas raciais”, quinto capítulo, Denis traz um debate contemporâneo quanto às políticas afirmativas no contexto brasileiro. O autor fala das leis n. 12.711, de 2012 e n. 12.990 de 2014, apontando avanços, mas também limitações das referidas leis quanto à inclusão efetiva de pardos/as nas políticas de ações afirmativas. Ele narra casos de aplicação dessas leis no estado do Rio de Janeiro, no município de São Paulo, no Pará, entre outros. Como resumo da discussão que o autor faz nesse capítulo, destaco uma questão importante quanto a essa discussão e que foi formulada por Luiz Augusto Campo, em artigo intitulado “O pardo como dilema político” (2013).

No referido artigo, Campos cita o sociólogo e militante negro Eduardo Oliveira e Oliveira que afirmou que “o mestiço é o principal ‘obstáculo epistemológico’ para a compreensão das relações raciais brasileiras” (2013, p. 82). E complementa: “Em vez de transcender esse obstáculo epistemológico, a recente introdução de ações afirmativas raciais nas universidades brasileiras o transpôs para a política. Observando as políticas afirmativas adotadas no país, podemos notar uma tensão entre diferentes formas de conceber e, sobretudo, nomear os mestiços, ora chamados de ‘pardos’, ora incluídos no rol de ‘negros’” (Campos, 2013, p. 82).

Denis também aponta as diferentes concepções sobre os pardos brasileiros, que tanto podem ser vistos em sua particularidade racial, ou seja, como pardos/as apenas ou integrados na categoria ‘negro’, como os pardos-negros, por exemplo. Nesse caso, as polêmicas em torno das cotas raciais se dão por muitas instituições trabalharem com a ideia de que apenas os pardos-negros devem ter acesso a cotas raciais, fazendo, portanto, um recorte fenotípico muito

específico dentro de um grupo racial amplo e diverso que é a população parda. Assim, em relação ao que apontou Campos (2013), antes mesmo que a questão do pardo fosse resolvida conceitual e epistemologicamente, a passagem do “problema pardo/mestiço” para o campo das políticas públicas causou tensões, injustiças e incompreensões de todos os lados, sendo os pardos os mais prejudicados quanto a isso. Ao fim do capítulo, Denis coloca algumas soluções para esses imbróglios institucionais.

No sexto capítulo, “A visão das pessoas pardas pela imprensa brasileira”, o autor comenta sobre o assunto a partir de quatro matérias analisadas por ele. Dessa análise destaco duas coisas. Primeiro: salta aos olhos o fato de as reportagens priorizarem intelectuais negros (retintos ou não) para debater sobre os pardos, como se não houvesse intelectuais pardos no Brasil, indicando que a visão dos pardos sobre eles mesmos é irrelevante para parte da imprensa brasileira. Segundo: é espantoso o fato de que, em pleno século XXI, há intelectuais que preguem a retirada do termo pardo entre as categorias raciais e censitárias (Santos, 2021, p. 61-63), debate esse que foi fomentado pelas reportagens analisadas. Apagar a história de um determinado povo ou fazer sumir do mapa a presença de dado contingente racial tem um nome certo para isso, que o público leitor deve saber qual é.

Creio que o uso de quatro matérias, nesse capítulo, seja insuficiente para a complexidade da questão, mas ainda falando de mídias, gostaria de lembrar um episódio recente, em 2024, de um episódio de podcast falando sobre pardos brasileiros. O referido episódio do podcast Café da Manhã intitulado *O que significa ser pardo no Brasil*³, convidou um professor negro, de pele clara, para falar sobre o assunto e não um intelectual pardo que assim se afirma. Com base nisso e nas matérias analisadas por Denis indago: por que intelectuais pardos, que estudam relações raciais, não são convidados para essas produções e reportagens? Por que intelectuais pardos, que se afirmem racialmente como tais, não são priorizados para falar dos pardos brasileiros e são, sistematicamente, ignorados?

No último capítulo, “As pessoas pardas em outros países”, Denis mostra a presença de pessoas pardas, em outras realidades nacionais, ao longo da história dessas nações, como África do Sul, Estados Unidos da América, América Latina e Caribe, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Índia. Esse capítulo é o mais longo do livro e como o foco desta resenha é a realidade brasileira, parto diretamente para as considerações finais do autor. Em suas “Considerações finais”, o autor ressalta que: (1) é um equívoco discutir as relações raciais no Brasil de forma binária, o

³ O episódio foi publicado em 10 de janeiro de 2024 e pode ser acessado no link a seguir: <https://open.spotify.com/episode/4pFcCYDMi4J20k5zzyRn9y>. Acesso em: 5 jul. 2024.

que gera uma mistificação da realidade e de dados socioeconômicos; (2) a miscigenação é, de forma prática, uma fusão, uma mistura entre raças e não deve ser reduzida às ideias racistas de branqueamento, enquanto recurso ideológico da branquitude intelectual do país.

Da leitura do livro depreende-se que qualquer discussão sobre pardos que não cite caboclos e pardos-indígenas reforça a visão binária e limitada de que no Brasil só há negros e brancos, o que o autor reforça em cada capítulo do livro, de formas diversas. Uma limitação do livro, que pela importância do tema poderia ter se alongado bem mais, é que o autor deveria, a meu ver, ter dialogado mais com a literatura da Ciência Política e da Sociologia, já que o foco da narrativa é o Estado e suas políticas públicas, como as de mensuração demográfica e de ação afirmativa. Ao final do livro, Denis aponta também que as políticas afirmativas avivaram as discussões, no cotidiano, sobre as identidades raciais.

É preciso que os acadêmicos e intelectuais do país se debrucem sobre a realidade e singularidade da população parda, de forma a respeitar sua particularidade e diversidade racial. O livro é mais do que bem-vindo num cenário onde já se contesta a junção compulsória de pretos e pardos como negros, afinal, não há tantas obras de referência para uma história do pardo brasileiro – até onde eu saiba. Se pensarmos na população negra/preta, temos Clóvis Moura, Beatriz Nascimento e Flávio dos Santos Gomes representando uma história a contrapelo da narrativa colonial. Se pensarmos nos povos indígenas, temos John Emanuel Monteiro, Manuela Carneiro da Cunha e Daniel Munduruku como referências importantes para a história dos povos originários – para citar os mais conhecidos. Se pensarmos a população parda... essa história está por ser escrita, mas o livro de Denis já é um começo.

Por fim, transcrevo um trecho das “Considerações finais” como síntese de toda a discussão feita: “[...] é importante que as pessoas tenham consciência sobre a sua condição de pessoas pardas [...] é possível observar uma mudança gradual desse cenário, visto que as pessoas pardas estão cada vez mais se declarando como pardas [...]” (Santos, 2021, p. 92). Logo, é preciso que se construa uma consciência parda no Brasil, o que já está em curso, como indica o autor. É preciso que os pardos se afirmem positivamente em sua consciência racial, o que podemos chamar de parditude, que se valorizem e disputem o seu lugar de fala enquanto maioria da população do Brasil.

REFERÊNCIAS

1. CAFÉ DA MANHÃ. O que significa ser pardo no Brasil? **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 10 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/4pFcCYDMi4J20k5zzyRn9y>. Acesso em: 5 jul. 2024.
2. CAMPOS, Luiz Augusto. O pardo como dilema político. **Revista Insight Inteligência**, São Paulo, v. 16, n. 63, p. 80-91, 2013. Disponível em: <https://insightinteligencia.com.br/o-pardo-como-dilema-politico/>. Acesso em: 5 jul. 2024.
3. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama do Censo 2022 – indicadores (cor ou raça)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR>. Acesso em: 31 maio 2024.
4. OLIVEIRA, João Pacheco de. Pardos, mestiços ou caboclos: os índios nos censos nacionais no Brasil (1872-1980). **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 3, n. 6, p. 61-84, 1997.
5. RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
6. SANTOS, Denis Moura dos. **Pardos: a visão das pessoas pardas pelo Estado brasileiro**. Curitiba: Appris, 2021.
7. SILVA, Graziella Moraes; LEÃO, Luciana de Souza. O paradoxo da mistura: identidades, desigualdades e percepção de discriminação entre brasileiros pardos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 27, n. 80, p. 117-133, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092012000300007>. Acesso em: 5 jul. 2024.

Ozaias da Silva Rodrigues

Editor-chefe da Wamon - Revista dos Alunos do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas. Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2834-4318>. E-mail: ozaiasufc@gmail.com